



Série Documentos de Trabalho

Working Papers Series

Os economistas marxistas portugueses e a teoria das crises económicas

Ana Bela Nunes
Carlos Bastien

DT/WP nº 57

ISSN 2183-1785

Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade de Lisboa
Lisboa – 2015

Os economistas marxistas portugueses e a teoria das crises económicas

Ana Bela Nunes

(CSG/GHES/ Lisbon School of Economics and Management-ISEG / UL)

abnunes@iseg.ulisboa.pt

Carlos Bastien

(CSG/GHES/ Lisbon School of Economics and Management-ISEG / UL)

carlosbastien@gmail.com

[Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do Projeto UID/SOC/04521/2013]

Resumo

O objecto deste *paper* é a reconstituição da teoria das crises económicas presente na reflexão dos economistas marxistas portugueses.

Embora as referências a Marx tenham surgido originalmente na cena portuguesa na década de 1850, reflexões teóricas ou estudos aplicados realizados à luz desta perspectiva teórica foram superficiais e tardios. O atraso relativo da economia portuguesa e outras características da evolução da sociedade condicionaram até tarde o interesse pela teoria das crises.

Ainda assim a abordagem dos economistas marxistas ao tema revela a existência de três tipos de teorias: a da crise no ciclo decenal, abordada a partir de três perspectivas (a subconsumista, a da desproporção e a da queda da taxa de lucro), a da crise no ciclo longo e a da teoria da crise sistémica.

Os primeiros estudos relevantes só surgiram após a Segunda Guerra Mundial e o meio académico só foi sensível ao tema a partir dos anos 1970.

Entretanto, o contexto da crise económica e financeira desencadeada após 2007-2008 repôs a atualidade da teoria das crises económicas também no âmbito desta perspectiva heterodoxa.

Classificação JEL: B2, B5

Palavras-chave: História do Pensamento Económico; Marxismo; Crises.

Abstract

The aim of this paper is to acknowledge the reflections of the Portuguese Marxist economists on the theory of economic crises.

Although the references to Marx date back to the 1850s, both theoretical approaches and applied studies under this perspective were relatively late and superficial in Portugal. Relative backwardness of the Portuguese economy and other specificities to the Portuguese society were detrimental to the intellectual interest in the theory of economic crises.

Anyway the approach to this subject by Marxist economists reveals the existence of three type of theories: the theory of the crisis in the business cycle, addressed from three different perspectives (the underconsumption theories, the disproportionality theories and the fall in the rate of profit theories); the theory of the crisis in the long cycle and the theory of the systemic crisis.

Only after the Second World War II did the first relevant studies emerged and only after the 1970s did the academy appear sensitive to the subject.

Meanwhile, the context of the late economic and financial crisis, that set in after 2007-2008, resumed the topicality of the theory of economic crises, also from this heterodox perspective.

JEL codes: B2, B5

Key-words: History of Economic Thought; Marxism; Crisis.

Plano

1. Introdução
 2. Marxismo e crises económicas
 3. As primeiras referências dos economistas portugueses à teoria das crises de Marx
 4. A receção da economia marxista
 5. A retoma do pensamento heterodoxo
 6. A crise atual
 7. Conclusões
- Referências bibliográficas

‘Nenhuma outra escola de pensamento não *mainstream* teve papel mais proeminente na política económica, no discurso académico e na política mundial que o marxismo.’

(Harvey, 2015: 59)

1. Introdução¹

Em 2007 e nos anos seguintes, a economia mundial enfrentou a sua maior crise desde a Grande Depressão e, mais uma vez, a teoria económica *mainstream* falhou na antecipação de uma crise assim como da recessão que se lhe seguiu. Mesmo que esta conjuntura esteja já parcialmente superada – pelo menos no mundo anglo-saxónico –, aquela teoria, assente nos conceitos de expectativas racionais e de mercados eficientes, revelou não dispor de um dispositivo analítico eficaz para a pensar e não permitiu responder com eficácia e rapidez aos seus primeiros sintomas. É possível que o mesmo venha a suceder numa eventual terceira grande crise económica e financeira, ou mesmo num novo tipo de crise resultante do processo de destruição da biosfera induzida pela dinâmica capitalista global.

Esta situação repõe na ordem do dia o estudo das teorias explicativas das crises e abre espaço à consideração das abordagens heterodoxas e à sua revisitação no plano histórico, em particular das integradas na tradição marxista, que surge na cena contemporânea do pensamento económico como “uma crítica do capitalismo – a mais minuciosa, rigorosa e completa crítica do seu género alguma vez produzida (...) [e] enquanto o capitalismo se mantiver operativo, o marxismo também terá de estar” (Eagleton, 2011: 2).

Em particular no que respeita à teoria das crises económicas, essa tradição tem sido persistentemente ignorada pela generalidade dos economistas académicos (vg. West III e Whaples, 2013) ou apenas referida como própria de um passado histórico inapelavelmente morto (vg. Knoop, 2015). Mas a circunstância de o processo económico continuar a produzir recorrentemente crises impõe a sua relevância, tanto mais que a ideia presente na teoria *mainstream* de que o capitalismo é um sistema de processos acumulativos e de expansão

¹ Uma primeira versão deste *paper* foi apresentada no 9º Encontro da Associação Ibérica de História do Pensamento Económico realizado em 4 e 5 de Dezembro de 2015 na Universidade de Valência (Espanha).

tendencialmente infinita, ainda que com flutuações dos ritmos de atividade económica, limita a perceção e a reflexão teórica sobre estes fenómenos.

A investigação até agora realizada sobre a teoria das crises económicas em Portugal produziu uma análise geral a partir dos manuais universitários (Nunes, 2014), ou concentrou-se no estudo de um autor particular (Cardoso, 2012), mas não se ocupou de uma corrente de pensamento específica.

O propósito deste *paper* é, assim, revelar a existência de uma tradição económica marxista em Portugal reconstituindo a forma como os economistas integrados nesta corrente de pensamento acompanharam os debates teóricos sobre as crises económicas e como as eventuais especificidades da sociedade portuguesa condicionaram as interpretações produzidas.

A análise centra-se no plano da teoria pura e não no da análise de conjunturas históricas concretas, que são referidas apenas na medida em que se articulam com eventuais mudanças na teoria.

Na Secção 2 é apontada a diversidade de interpretações marxistas sobre a causa das crises endémicas e dos movimentos ondulatórios no sistema capitalista a partir das análises dispersas e parcelares em Marx. Na Secção 3 sublinha-se a escassa e frágil referência às abordagens marxistas em geral e à teoria das crises económicas em particular por parte dos intelectuais e dos académicos portugueses responsáveis pelo ensino de cursos de economia nas universidades até à segunda guerra mundial. A secção 4 deteta as dificuldades dos primeiros economistas marxistas portugueses em produzir reflexão própria sobre o tema e as suas causas. A secção 5 analisa o período em que a temática das crise reganhou centralidade no debate. A secção 6 ocupa-se das discussões suscitadas pela crise de 2007-2008. A secção 7 enuncia algumas conclusões.

2. Marxismo e crises económicas

Marx foi o primeiro economista a sublinhar a existência de movimentos cíclicos e a integrá-los na explicação da dinâmica da economia capitalista, muito embora, como notou Schumpeter, “A análise de Marx dos ciclos económicos ser um ‘capítulo não escrito’ (...)” (Schumpeter, 1994 [1954]: 747). Aliás, o próprio Marx anunciava que a sua análise deveria contemplar, por esta ordem, “valor de troca, dinheiro, preço (...), a articulação interna da produção (...), o Estado, (...) a relação internacional, (...) o mercado mundial, (...) as crises (...)” (Marx, 2011 [1858]: 170-171).

Ao contrário dos economistas que o precederam ou até de muitos dos seus contemporâneos, Marx tomou as crises económicas recorrentes que pôde observar não como fenómenos anormais e extraordinários mas antes como um dado estrutural do

capitalismo. Elas foram referidas nos primeiros textos económicos de Engels, em algumas observações no *Manifesto Comunista*, em cartas de Marx a Engels e sobretudo em *O Capital* como uma conjuntura específica do ciclo económico decenal e como um momento necessário na regulação não intencional do sistema capitalista.

Mas o modelo dinâmico e sequencial de Marx contém neste ponto marcada ambiguidade já que em momentos diferentes sugere explicações distintas, embora relacionáveis entre si, para as crises económicas. Essas explicações permitiram-lhe descrever as formas das crises referidas, mas não determinar de modo claro e detalhado a sua causa principal e os mecanismos que as engendravam. Em qualquer caso, essas explicações — todas elas assentes na dupla ideia que as crises económicas expressam o intensificar das contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista e que resultam no ativar de mecanismos que permitem reestabelecer temporariamente o equilíbrio do sistema económico através da destruição de capital — assumem três formas, ou três subteorias: a subconsumista, a da desproporção e a da queda tendencial da taxa de lucro.

Esta diversidade de abordagens refletiu-se nos continuadores de Marx e Engels resultando, logo a partir dos primeiros anos do século XX, em diferentes linhas interpretativas que deixaram até hoje a teoria das crises como um problema em aberto no interior do campo marxista. Tais linhas repartiram-se entre as que analisam a crise a partir da ótica da distribuição do rendimento e as que privilegiam a ótica da produção, muito embora vários dos economistas que as protagonizaram combinassem, ou adotassem em momentos diferentes, mais do que uma dessas linhas.

A partir de finais do século XIX, surgiram interpretações difundidas por figuras destacadas da social-democracia alemã — Karl Kautsky, Auguste Bebel e posteriormente por Rosa Luxemburgo, Fritz Sternberg, Natalia Moszkowska e Otto Bauer — que foi o primeiro marxista a propor um modelo matemático do subconsumo — e já em tempo da Segunda Guerra Mundial por Evgueni Varga, Lewis Corey e Paul Sweezy, interpretações que sustentavam ser o subconsumo, em particular por parte da classe trabalhadora, a causa fundamental das crises económicas.

Esta interpretação foi no entanto implicitamente ou explicitamente criticada, designadamente por Mikhail Tugan-Baranowski, posteriormente por Lenin, que não aprofundou o tema, e ainda por Rudolph Hilferding, Nikolai Bukharin, Evgueni Preobrazhensky, Friedrich Pollock e Fritz Naphtali, entre outros, mas também por economistas adstritos ao grupo anterior, como Sternberg ou Bauer. Não obstante algumas diferenças interpretativas, a generalidade destes economistas recorreu aos esquemas de reprodução do capital apresentados por Marx no Livro II de *O Capital*. Nesta ótica, a causa fundamental das crises, o que interrompe parcialmente e temporariamente o processo de acumulação, podendo originar uma sobreprodução geral, é a desproporção entre os diversos sectores resultante da anarquia do processo de produção capitalista.

Uma terceira interpretação, formulada designadamente por Erich Preiser e por Henryk Grossmann — que apresentou um modelo numérico — e mais tarde prosseguida nas suas linhas gerais, por John Strachey, Maurice Dobb, Paul Mattick e Roman Rosdolsky, sugere que a sobreprodução típica de uma situação de crise é uma manifestação periódica da queda da taxa de lucro, conforme expresso na lei da queda tendencial da taxa de lucro enunciada por Marx no Livro III de *O Capital*. Esta explicação desvalorizava as condições de equilíbrio postuladas nos esquemas de reprodução do capital, embora Grossmann as levasse em consideração ao explicar a formação da taxa média de lucro, e ao considerar que a causa das crises é a queda súbita da taxa de lucro resultante da exaustão das contratendências que contrariam a referida queda tendencial.

Em qualquer caso, “nos anos 30 a ortodoxia marxista tornou-se rigidamente subconsumista. No decurso dos anos 70 a teoria da desproporção quase desapareceu enquanto a teoria da queda tendencial da taxa de lucro se tornou na teoria canónica da crise” (Clarke, 1994: 9).

Ao longo dos mais de 150 anos e “cinco gerações” (Manzanera Salavert, 2015: 15) que compõem a tradição marxista, várias foram as realidades práticas, as novidades teóricas e as interpretações que se apresentaram não só em relação à teoria dos ciclos e das crises decenais como em relação à identificação de outros tipos de ciclos e de crises.

Assim, a literatura marxista, ou parte dela, incorporou o conceito de ciclo (ou de onda) longo, apenas vagamente intuído por Marx ao aceitar a opinião de Scrope segundo a qual partes do capital fixo “são consumidas e reproduzidas em graus mais lentos do que o resto ... e o capital nelas desembolsado pode ser rodado talvez cada vinte ou cinquenta anos” (Marx, 2009 [1885]: 202) e referido já no início do século XX por um ou outro marxista, designadamente por Tugan-Baranowski.

Coube a Nikolai Kondratiev lançar de forma mais consistente, em especial em texto publicado em 1928, a hipótese dos ciclos longos, apoiando-se e extrapolando algumas ideias de Marx acerca dos ciclos decenais, em particular as referências às condições de substituição dos bens de capital. Kondratiev assumia que os ciclos podiam ser explicados pela ação de fatores endógenos, designadamente por mudanças importantes no aparelho produtivo, resultantes de investimentos estruturais em bens de capital essenciais. Nunca foi muito claro acerca dos mecanismos causais que originavam a transição entre as diferentes fases do ciclo longo, embora se tenha apoiado na teoria dos fundos emprestáveis de Tugan-Baranowski para explicar os limites da fase expansão.

Esta visão foi discutida e parcialmente contestada quer por dirigentes políticos, designadamente por Trotsky, que admitia o colapso final do sistema capitalista em resultado da crise na viragem da década de vinte, e por economistas, como Oparin e Novokhilov, que admitiam a existência de oscilações de longo prazo no processo de acumulação, mas

recusavam a ideia que essas oscilações tivessem um carácter cíclico, já que resultantes de choques externos e não de fatores económicos endógenos.

O conhecimento destas ideias e debates fora da URSS foi tardio; só nos anos 80 do século XX surgiram traduções dos textos mais importantes de Kondratiev e os textos que chamaram a atenção dos economistas ocidentais para esta problemática, designadamente Schumpeter (1939) e Garvy (1943), permaneceram longamente desconhecidos em Portugal.

No âmbito das correntes marxistas, coube sobretudo a Ernest Mandel reabrir, já nos anos 70 do século XX, na sequência da crise de meados dessa década, o debate originalmente lançado por Kondratiev, mas para recuperar no essencial as posições teóricas de Trotsky. Assim, aceitou a existência de ondas longas, de etapas na evolução do capitalismo, com assimetria temporal entre a fase de expansão e a de recessão e separadas entre si por crises estruturais. Fez depender essas ondas longas das leis básicas que regulam a acumulação capitalista, em particular da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Considerou que a fase de expansão ocorre quando atuam de forma poderosa e sincronizada os fatores que contrariam aquela queda gerando um período longo de subida da taxa de lucro e uma acumulação vigorosa de capital e que a fase de depressão ocorre quando esses factores se esgotam, a queda da taxa de lucro reaparece e o processo de crescimento económico desacelera. A passagem de uma fase de expansão para a uma fase de recessão decorre da lógica interna das leis do movimento capitalista — no caso de aumento da composição orgânica do capital — mas já a passagem de uma fase recessiva para uma fase de expansão não resulta diretamente das leis económicas da acumulação capitalista mas antes da atuação de fatores exógenos, acidentais, e por regra não económicos, que potenciam as contratendências da queda da taxa de lucro e que estão dependentes da conjuntura da luta de classes (vg. Mandel, 1995).

Outras subcorrentes do pensamento marxista aceitaram também a ideia de ondas longas, avançando embora interpretações diferentes quanto à sua natureza e mecanismos. Foi o caso, designadamente, do marxismo ortodoxo (vg. Boccara, 2013 e 2015) e da escola das Estruturas Sociais de Acumulação (vg. Gordon, Edwards, Reich, 1982). Em todo o caso, fizeram-no de forma menos elaborada e com menos impacto que Mandel.

Ao contrário de Marx, que viu o desenvolvimento do capitalismo como um processo marcado por uma sucessão de ciclos e de crises de intensidade crescente até à derrocada do sistema, marxistas posteriores introduziram, antes de Mandel e apontando para uma periodização distinta, a ideia de estádios do desenvolvimento capitalista, também sem regularidades claramente demarcadas.

Parte significativa da social-democracia alemã aceitava já desde o início do século XX a ideia que estava em curso a transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista, entendendo este como um sistema organizado, progressivamente estatizado e

essencialmente estável, mas foi com Lenine que a ideia ganhou força, designadamente ao associar o conceito de capitalismo monopolista ao domínio do capital financeiro e ao imperialismo.

Esta visão teve sequência na ideia que o capitalismo entrava a partir da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Soviética, numa fase de decadência irreversível designada de crise geral, antecedendo o seu colapso definitivo.

Esta época, à semelhança da anterior, continha a continuidade das crises económicas cíclicas resolúveis nos limites do sistema capitalista, mas o que a individualizava era fundamentalmente a cisão do mundo em dois sistemas antagónicos com a consequente redução da zona de vigência do sistema capitalista, a presumível intensificação das crises cíclicas e a crise do sistema colonial.

Segundo Evgueni Varga, “durante décadas o mais importante analista da economia mundial capitalista da União Soviética” (Mommen, 2011: 1), esta crise geral abrangia três fases: a primeira, correspondente ao período entre as duas guerras mundiais, tinha como característica principal a redução da zona capitalista do mundo em resultado da Revolução Soviética. A segunda fase, que começou com a Segunda Guerra Mundial e que se estendeu até meados dos anos 50, tinha como característica principal a constituição do bloco socialista e o desmoronar parcial do sistema colonial. A terceira fase, iniciada em meados dos anos 50 e permanecendo até ao fim do processo de transição para o socialismo, tinha como dado fundamental o alargar e consolidar do sistema socialista no mundo, o desmoronar definitivo do sistema colonial e o intensificar de fenómenos negativos nas economias capitalistas mais desenvolvidas, designadamente a financiarização, o desemprego, a militarização, o aparecimento da inflação em todas as fases do ciclo económico, o intensificar do processo (iniciado durante a Primeira Guerra Mundial) de fusão entre monopólios e o aparelho de Estado, o intensificar da luta de classes.

3. As primeiras referências dos economistas portugueses à teoria das crises de Marx

Nos anos que vão desde as primeiras referências a Marx em meados do século XIX (Bastien, 2015) até à primeira geração de intelectuais marxistas, que emerge na década de 1930, a reflexão teórica e os estudos sobre a realidade económica portuguesa realizados à luz do marxismo são praticamente inexistentes e a generalidade das interpretações e debates sobre as crises económicas acima referidos permaneceram durante longo tempo desconhecidos em Portugal.

José Frederico Laranjo, professor de economia política em Coimbra e um dos raros leitores portugueses de Marx no século XIX referiu duas passagens do cap. 15 de *O Capital* a respeito de crises mas não produziu nenhum comentário (Laranjo 1997 [1891]: 118). O

seu discípulo Afonso Costa, que lecionou também em Coimbra economia política no ano letivo de 1896-1897, resumiu e citou Marx mas sem qualquer referência à teoria das crises (Costa, 2015 [1896]: 207-213).

Já Marnoco e Sousa, também professor em Coimbra e igualmente eclético nas suas referências teóricas, foi mais fundo. Ocupou-se pontualmente do que entendia serem os pontos de vista de Marx e Engels, a respeito das causas da “hiperprodução capitalista”, geral e crónica, apontando, por um lado, o subconsumo quer das massas, “por causa dos seus pequenos meios de compra”, quer dos capitalistas, pelos “limites naturais das suas necessidades”, e, por outro lado, a sobreacumulação de meios de produção, resultante da parte do “rendimento capitalista não consumido”, ‘que não faz senão agravar a hiperprodução capitalista’ (cf. Sousa, 1997 [1910]: 210). Contudo, ele próprio encarregava-se de contraditar esta posição ao citar uma passagem do Livro II de *O Capital* na qual Marx indicava que “a explicação das crises por insuficiência de consumidores é uma pura tautologia” (Sousa, 1907: 243), nomeando como fatores associados às crises, a renovação periódica de capital fixo, a intermitência do sistema fabril, a quebra na taxa de lucro e a internacionalização da economia (*ibid*: 244-5). Em qualquer caso, acabou por assumir a ideia que Marx não tinha uma interpretação subconsumista das crises. Essa mesma ideia surgia confirmada nas referências aos que designava de socialistas ‘modernos’, nomeadamente Kautsky e Bernstein, quando notava que estes continuavam a acreditar erradamente na sobreprodução “crónica”, apenas “atrasada” pelas facilidades de crédito e pelos efeitos da abertura de mercados (cf. Sousa, 1907: 245-249 e 1997 [1910]: 210-211) e quando acrescentava ainda que “os desequilíbrios têm um carácter acidental e temporário e não podem ser considerados resultado de um vício constitucional do regime capitalista derivado da desigualdade da repartição capitalista” (Sousa, 1907: 243-244). Mesmo assim, é possível reconhecer em Marnoco e Sousa a perceção das teorias da desproporção sectorial, entre a produção de bens de consumo e de bens de capital, e a da quebra da taxa de lucro.

A generalidade dos economistas académicos da primeira metade do século, mesmo quando se referiram Marx nas suas lições, ignoraram por regra a problemática das crises (vg. Carqueja, 1926: 571-588), mas a tendência foi para o progressivo desaparecimento das referências a Marx, em particular após a instauração do Estado Novo. Ilustra-o o magistério de A. Marques Guedes, professor de teoria económica no Instituto Superior de Comércio do Porto e depois no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa, de orientação doutrinária liberal e visão teórica eclética, ao referir confusamente que “a concorrência perturba frequentemente o equilíbrio entre a produção e o consumo. Para conseguir o menor custo de produção provoca-se hiperprodução, a produção maciça. A grande extensão dos mercados mundiais dificulta a previsão do consumo” (Guedes, 1945:

282). Citava então a este propósito as opiniões de Say, Sismondi, Rodbertus, Henry George, Jevons e Juglar, mas ignorava já por completo o contributo de Marx.

Entretanto, Oliveira Martins, o economista da geração de 70 e durante algum tempo adepto do socialismo, pouco disse sobre Marx e nada disse sobre a problemática das crises, e os militantes do Partido Socialista, mesmo os mais ilustrados e próximos das posições do marxismo internacional, não produziram obra teórica, sendo que as suas referências a crises, ainda que pontualmente nomeadas na sua imprensa, não revelaram profundidade analítica nem se referiam especificamente às crises económicas.

Razões para o desconhecimento da obra de Marx em todo este período histórico foram enunciadas por Emílio Costa ao referir, nomeadamente, o facto de *O Capital* ser “pesado, maciço, abstrato, com minúcia fatigante levada ao extremo” e a “extrema ignorância da população portuguesa” (Costa, 1930: 21-22).

4. A receção da economia marxista

Em finais dos anos 1930, e sobretudo na década de 1940, coincidindo com a afirmação do Partido Comunista Português na cena política e cultural portuguesa, surgiu uma primeira geração de intelectuais marxistas com formação económica e, nessa sequência, uma reconfiguração do campo dos saberes económicos. Esta reconfiguração envolveu, num primeiro momento, o aparecimento de estudos de economia aplicada visando reconhecer os dados fundamentais da economia portuguesa coeva (vg. Castro, 1945) mas a breve prazo alguma reflexão teórica, designadamente sobre as crises económicas.

Armando Castro, o mais destacado destes intelectuais, num estudo dedicado ao século XIX português, propôs-se, entre diversos aspetos, estudar as flutuações cíclicas, procurando em particular esclarecer “qual o grau de desenvolvimento do sistema económico português pois quanto maior for a sensibilidade da nossa economia às flutuações cíclicas mundiais mais adiantada estará naturalmente a sua evolução” (Castro, 1978 [1947]: 117). Chegou então à conclusão que a generalidade das crises que atingiram a economia portuguesa após 1807 eram de natureza monetária e financeira, mas que a crise de 1857 era já uma crise tipicamente moderna, de sobreprodução, em resultado da integração da economia portuguesa na economia internacional (vd. *op. cit.*: 138). Uma eventual análise mais fina das crises económicas em Portugal ao longo do século XIX revelou-se então inviável em consequência da indisponibilidade de indicadores estatísticos que dessem conta, designadamente, do comportamento da taxa de lucro, da taxa de investimento, da evolução dos salários e dos preços ou da variação do emprego.

Este economista abordou num outro momento a problemática da realização da mais-valia, a questão dos mercados, mas, ao contrário do que era usual no marxismo

internacional, não tratou o tema no âmbito da teoria dos ciclos e das crises mas no âmbito de uma tentativa de construção de uma teoria do capitalismo português (Castro, 1949). Considerava então Castro que este revelava uma tendência para a estagnação resultante de uma crónica insuficiência da procura agregada. Assim, numa fase em que economistas marxistas, em particular Paul Sweezy, se revelavam sensíveis às ideias de Keynes, também os marxistas portugueses acabaram por incorporar, porventura pela influência daquele economista norte-americano, algumas daquelas ideias, as quais, transpostas e adaptadas ao contexto português, resultaram numa visão subconsumista que perdurou longamente entre os economistas marxistas portugueses.

Fernando Pinto Loureiro, outro economista marxista, tal como Castro formado em Coimbra e igualmente impedido de prosseguir uma carreira académica, lamentou “o atraso em que por muitos anos se mantiveram as investigações sobre o problema das crises” (Loureiro, 1949: 4) mas, surpreendentemente, ao referir as múltiplas contribuições teóricas relativas ao tema ignorou as oriundas do seu campo teórico.

Já Luís de Carvalho e Oliveira, também ele advogado de profissão e economista autodidata, fez uma primeira apresentação da problemática das crises num plano teórico e abstrato (Oliveira, 1946). A sua reflexão propriamente teórica — o seu texto apresentava também um relato histórico sintético das crises entre 1810 e 1930 — era breve e algo simplista. Continha uma definição da crise de sobreprodução e ainda a recusa da explicação da crise assente no “desregramento do crédito” (*ibid.*: 17), que a seu ver era consequência e não causa das crises, bem como da teoria do subconsumo, que atribuía a Sismondi e que considerava “duma superficialidade espantosa” (*ibid.*: 18). Já no âmbito das abordagens marxistas referia a teoria da desproporção, que atribuía corretamente a Tugan-Baranowski, mas cuja validade recusava, num primeiro momento, com o argumento pouco claro que “esta teoria só seria verdadeira se a sobreprodução se verificasse depois de satisfeitas todas as necessidades dos consumidores” (*ibid.*: 18). Referia ainda a teoria subconsumista de Rosa Luxemburgo, designado-a de forma invulgar como “teoria da menor procura da parte de terceiras pessoas” (*ibid.*: 19), os consumidores não ligados à produção. Esta referência era tão sumária quanto equivocada, culminando na afirmação que “Rosa Luxemburgo afirma que só os pequenos produtores podem reter a parte acumulada de capital, o que é o mesmo que afirmar que só os pequenos produtores podem ser os grandes capitalistas” (*ibid.*: 19-20). A sua visão positiva resultava no que designava de “explicação preferível das crises económicas”, (*ibid.*: 21) que resumia na afirmação genérica que as crises “são o resultado de uma produção social e de uma apropriação limitada por um restrito poder de compra; traduzem uma falta de planificação económica” (*ibid.*: 23), ou seja, que resultam da desproporção entre a produção e consumo e entre os vários sectores produtivos. Com exceção de Jean Lescure e de Evgueni Varga, os seus apoios teóricos eram apenas implícitos. Varga era, aliás, o único economista marxista formalmente citado, e

de forma extensa, mas apenas no contexto da referência à crise de 1929 e não no de uma eventual referência às crises em geral.

Mais tarde, Luis Carvalho e Oliveira voltaria a abordar esta problemática. Num pequeno manual de economia marxista — o primeiro publicado em Portugal e de autor português (Oliveira, 1962) — dedicou um capítulo ao tema das crises, mas pouco acrescentou então relativamente ao texto que havia publicado dezasseis anos antes.

Num terceiro momento, a sua abordagem revelou-se algo mais consistente. Acentuou a ideia que as crises, em resultado do progresso técnico — em particular da energia atómica e dos processos de automação — seriam progressivamente mais desastrosas nos seus efeitos, conduzindo no limite ao colapso do sistema capitalista. Notava então, numa linguagem não inteiramente precisa, que “o problema das crises económicas está em vésperas de tornar-se muito mais grave e, possivelmente, insolúvel dentro da organização dos factores de produção dos países ocidentais” (Oliveira, 1968: 179).

Esta nova reflexão não trazia maior sofisticação na descrição dos mecanismos próprios das crises, mas concluída que a transformação dos processos produtivos atingidos pela revolução científica e técnica (embora não usasse esta expressão corrente em parte da literatura marxista), em particular a automação, resultaria num forte e continuado acréscimo do capital constante em relação ao capital variável. Contudo, esta alusão implícita ao aumento da composição orgânica do capital, ainda que sem referência explícita ao conceito e sem articulação com a eventual queda tendencial da taxa de lucro, terminava na ideia de redução da procura induzida pela baixa da massa salarial e numa aparente reabilitação da hipótese subconsumista. Notava assim: “Na desproporção entre capital constante e variável, na reprodução capitalista a maior ritmo e na conseqüente possibilidade de apropriação, muitíssimo mais ampla por parte dos detentores dos meios de produção, encontraremos outras tantas características da época da grande indústria, todas elas na raiz das crises económicas” (*ibid.* 72). Esta visão surgia, aliás, confirmada pela forma como analisava os efeitos das guerras, que, à semelhança de Sweezy, considerava momentos importantes como “solução [para] a mais ampla colocação de produtos” (*ibid.*: 82).

Tal como este economista também Oliveira se referia a Keynes cuja teoria considerava potenciar as interpretações subconsumistas. Dirigia-lhe no entanto observações críticas por entender que Keynes pretendia resolver as crises através do recurso ao crédito mas sem transformação das estruturas económicas capitalistas.

Do conjunto da sua obra resultava uma visão algo eclética — mas não inédita na literatura marxista —, já que pelo menos duas das abordagens possíveis a partir de Marx apareciam associadas na sua reflexão.

Também Antonino de Sousa, um outro economista autodidata, avançou uma interpretação da visão de Marx sobre crises. Tal interpretação surgiu no âmbito de estudo dedicado à avaliação crítica do sistema teórico de Keynes, no qual advertia o leitor para a

circunstância de que “a ameaça da revolução social condicionou decisivamente a evolução das explicações das crises: negar a explicação de Marx e evitar as consequências por ele previstas está presente em todas as soluções apresentadas” (Sousa, 1950: 298).

Admitindo a ideia que a “preocupação fundamental de Marx era encontrar a lei do movimento da sociedade moderna “ (*ibid.*: 317) e que por isso “não tratou explicitamente o problema das crises (...) encontramos, por sua vez, encarados, ao longo da obra, e discutidos todos os problemas económicos que se prendem diretamente com o fenómeno” (*ibid.*: 319).

Após essa prevenção, referiu a crise como uma interrupção no processo de circulação, “um mecanismo pelo qual a taxa de lucro é restaurada”, sendo que “o fenómeno que comanda a erupção da crise é a decadência da taxa de lucro” (*ibid.*: 319).

Assinalou a existência de duas outras linhas interpretativas do fenómeno das crises, a da desproporção e a subconsumista. A respeito da primeira adiantou, sem referência explícita aos esquemas de reprodução do capital, que as crises se deveriam à desproporção que se estabelece entre os diversos ramos da produção em resultado do carácter anárquico da produção capitalista. A respeito da visão subconsumista, que claramente rejeitava — e nisso se distinguiu das dos seus pares acima citados —, citou extensamente passagens de *O Capital*, designadamente aquela em que Marx afirmava que “as crises são sempre precedidas de um período em que o salários se elevam e a classe operária recebe uma maior parte do produto destinado ao consumo” (*ibid.*: 320). No entanto, a sua conclusão aproximava-se da de Maurice Dobb, um dos economistas marxistas que mais terá influenciado os seus pares portugueses, segundo a qual “a erupção da crise depende do declínio da taxa de lucro e este, como se sabe, da composição orgânica do capital. Se se desse uma descida da taxa de lucro, como resultado de uma subida dos salários monetários, essa queda seria resultante da alteração da composição orgânica, causada não pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas pela subida do valor monetário do capital variável e o correspondente decréscimo da proporção do trabalho a mais, relativamente ao trabalho necessário” (*ibid.*: 321).

Duas razões fundamentais explicam os limites do debate sobre as crises, não obstante a circunstância de a crise de 1929 e a Grande Depressão que atingiram a economia mundial terem conferido particular atualidade ao tema: por um lado, o atraso da economia portuguesa, expresso no forte peso da agricultura, na incipiência industrial e no fechamento ao exterior — este contexto refletiu-se aliás na pequena virulência dos efeitos daquela conjuntura —; por outro lado o pequeno número de economistas, em particular com formação marxista, e a sua dificuldade, no seu autodidatismo, em aceder a referências bibliográficas e aos debates internacionais. Ainda assim é necessário reconhecer que a literatura marxista internacional diretamente associada às mencionadas crise e depressão

não trouxe, nesta fase, grandes progressos teóricos, que se revelaram “insuficientes” (Howard e King, 1990: 100).

A generalidade dos textos mais relevantes para a reflexão sobre o tema — porventura com exceção de *O Capital* que circulava na sua edição francesa e bem assim do *Political economy and capitalism* e do *Theory of capitalist development* de Sweezy — mantiveram-se em grande medida inacessíveis em Portugal, desde logo pela inexistência de edições locais. A exceção foi um artigo publicado nas páginas da *Revista de Economia*, uma publicação periódica, pluralista no campo das tendências teóricas que nela se expressavam, criada e mantida à margem da academia a partir de 1948. Este artigo mais não era que uma tradução livre — com abolição das referências explícitas a Marx, Engels e Kautsky — da autoria de Jorge Alarcão, do original *The Marxist Theory of Crisis* publicado por Joseph Winternitz um ano antes na *The Modern Quarterly* (Winternitz, 1950). No essencial, e à semelhança da generalidade dos textos portugueses da época, mencionava-se a teoria do subconsumo e a da desproporção, para recusar ambas e afirmar, num enunciado não inteiramente coincidente com os dos seus pares portugueses citados, que “para uma explicação das crises devemos ainda acentuar que não é essencial verificar-se uma queda na taxa de lucro de ciclo para ciclo” (*ibid.*: 95). Em qualquer caso, “a maioria [dos economistas marxistas ao referir-se a crises na sequência da Grande Depressão] adoptou a explicação subconsumista” (Howard e King, 1992: 328).

5. A retoma do pensamento heterodoxo

Depois de um recuo do marxismo na cena política e cultural portuguesa nos anos 50 e primeira metade dos anos 60, a situação inverteu-se em finais da década seguinte e sobretudo a partir da revolução de Abril com a sua institucionalização enquanto componente do saber académico. Vários fatores contribuíram para tal: o Maio de 68, com consequências diretas em Portugal, em particular entre os intelectuais e na academia; a crise económica internacional de 1973-1974, que pôs fim aos anos de ouro do crescimento, também em Portugal; a revolução que o país viveu em 1974-1975.

Nestes anos, até à década de 90, ocorreu uma verdadeira avalanche de edições locais de textos marxistas, tanto dos fundadores como de autores contemporâneos representativos das várias subcorrentes em que o marxismo se dividiu. Adveio também alguma diversidade resultante de tentativas de articular conceitos marxistas com outros que à partida lhe eram estranhos e ainda de tentativas de formalização, nos termos correntes na academia, da economia de Marx em ordem a torná-la aceitável aos olhos dos outros académicos. Este processo deu, aliás, visibilidade acrescida à problemática das crises,

então desvalorizada pela síntese neoclássica-keynesiana dominante no plano da investigação como no ensino da economia.

Em qualquer caso, no âmbito dos estudos de inspiração marxista publicados nestes anos predominaram os que se cingiam a descrever sintomas de crise — fossem eles a desaceleração do ritmo de acumulação, o aumento do desemprego, ou a perda de receitas públicas — no âmbito de análises parcelares ou de intervenções políticas circunstanciais e sem um quadro teórico preciso.

A revista *Economia-EC*, cuja publicação se iniciou em 1976, acolheu vários destes estudos. Logo no seu primeiro número surgia um artigo sobre a crise geral do capitalismo, mas a análise dos respetivos mecanismos ia pouco além de um enunciado genérico que remetia a origem do fenómeno para a natureza contraditória deste sistema. No essencial, estava presente a citação de alguns indicadores económicos referentes a diversos países, compondo uma descrição da situação internacional em meados da década de 70 mas não propriamente a reprodução da teoria da crise geral do capitalismo tal como vinha sendo difundida no âmbito do marxismo soviético (Carvalho, 1976).

Contudo, este modelo analítico, crítico mas essencialmente descritivo, coexistiu com aprofundamentos teóricos pontuais. Armando Castro, refletindo sobre “a crise económica (...) que atravessamos hoje” (Castro, 1978: 5), retomava a sua visão subconsumista já antes expressa, notando que a realização dos lucros exigia uma continuada expansão do consumo das classes trabalhadoras. Concluía, aliás, que seria irrealista e impossível um relançamento da economia “pela via da dinamização dos investimentos a partir de uma sobreacumulação capitalista dos lucros que exige punções sucessivas e brutais nas condições de vida das classes trabalhadoras” (*ibid.*: 11).

Carlos Pimenta, escrevendo ainda neste número da revista parcialmente dedicado à questão dos mercados, assumia uma posição diversa, já que se afastava explicitamente da interpretação subconsumista. Referia como inerente ao sistema capitalista “a tendência estrutural ao decrescimento da taxa de lucro, o aprofundamento das crises (...)” (Pimenta, 1978: 15), sustentando que a superação desses constrangimentos impunha, desde logo na situação concreta portuguesa, o alargamento do mercado interno, o que deveria ser conseguido preferencialmente pelo aumento da divisão social do trabalho, isto é, pelo “desenvolvimento das forças produtivas, a criação de novos ramos de actividade, o fraccionamento dos existentes em vários [ramos]” (*ibid.*: 16) e só subsidiariamente “o aumento do consumo pessoal” (*ibid.*: 19). Lembrava então, de forma inédita entre os economistas portugueses, que o impacto deste aumento se refletiria de forma desigual nos sectores I e II — “o desenvolvimento do capitalismo assenta no mais acelerado ritmo do sector produtor de meios de produção para a produção de meios de produção” (*ibid.*: 19) — o que colocava a questão da “proporcionalidade” entre esses sectores e indiretamente a exigência da “planificação democrática” (*ibid.*: 22).

O conceito de crise geral do capitalismo estava então subjacente à análise que estes economistas faziam da crise portuguesa e internacional, sendo pelo menos por uma vez definida a “actual fase da crise geral do capitalismo” como consistindo “em decomposição, parasitismo, monopolização acelerada, bem como assim no próprio carácter agonizante do capitalismo” (Carvalhas, 1983: 5). Este tipo de crise, que remetia para uma teoria específica das etapas da evolução do sistema capitalista, foi também explicitamente referida na sua articulação com outros tipos de crise — “entrelaçam-se no mesmo nó, na etapa actual da crise geral do capitalismo, as crises cíclicas e estruturais (...)” (Carvalhas, 1982: 6) — mas os termos dessa articulação e a própria natureza das aludidas crises estruturais não eram clarificados.

Mais incisiva era a afirmação que a “ligação dos problemas resultantes da baixa taxa média de lucro com os da realização da mais-valia, como elementos explicativos das crises cíclicas, mostram também que cada crise de sobreprodução, pondo em evidência as contradições fundamentais do Modo de Produção Capitalista, alia os traços gerais aos traços específicos de cada crise resultante do momento histórico preciso em que se produz e desenvolve” (Carvalhas, 1983: 4). Esta afirmação arrastava a recusa das explicações da crise cíclica que apelavam isoladamente à “insuficiência da procura global” ou à “desproporcionalidade”, consideradas ambas unilaterais e portanto incorretas, bem como as que opunham “sobreacumulação” a “subconsumo das massas”, considerando que esta diferenciação cindia o que se encontra organicamente ligado” (*ibid.*: 4).

Um outro estudo, publicado ainda na mesma revista, apresentava resumidamente a visão subconsumista de Paul Baran, Paul Sweezy e Harry Magdoff mas numa abordagem puramente descritiva, sem qualquer avaliação crítica, da contribuição destes três economistas marxistas norte-americanos (Ribeiro, 1983). Sweezy teria, aliás, um seu texto sobre a problemática das crises publicado em Portugal, na *Economia e Socialismo*, uma outra revista do campo heterodoxo (Sweezy, 1981).

Entretanto, Armando Castro, num manual que sintetizava as suas lições de economia política na Universidade Popular do Porto, afirmava que “a tendência para a queda da taxa de lucro é o motor central da dinâmica capitalista” (Castro, 1982: 168). A partir desse ponto introduzia, inovadoramente entre nós, uma periodização da história do capitalismo coincidente com os ciclos Kondratiev mas em que o critério de definição de cada fase era justamente o da variação da taxa média de lucro. Menos inovadoras eram as referências, breves, às diversas etapas da crise geral do capitalismo, reproduzindo a teorização difundida pela generalidade dos economistas marxistas soviéticos, pelo menos desde os trabalhos de Varga. Já quanto às crises cíclicas Castro adoptava nestas lições uma visão mais abrangente que em momentos anteriores, já que para além de retomar a ideia que a causa das crises residia na “expansão da produção” associada “à limitação do poder de compra das amplas massas da população que vivem da venda da força de trabalho” (*ibid.*:

191), acrescentava, mas não articulava de forma clara com aquela explicação, uma outra assente na desproporção: “a contradição principal da produção social em condições de propriedade privada dos meios e objetos de trabalho exprime-se noutras contradições que dela resultam. Entre essas contradições poderão referir-se as que se manifestam no facto de, por um lado, existir uma organização relativamente ordenada da produção na empresa e, por outro, dominar a anarquia no conjunto do sistema económico. (...) Daí resulta uma desproporção permanente entre os grandes ramos da produção” (*ibid.*: 193).

Esta problemática esteve também presente no ensino universitário curricular, designadamente através de coletâneas compostas por traduções de *papers* de economistas estrangeiros a par com alguns estudos produzidos localmente. O propósito dessas publicações era didático e visava dar conta “das principais opções verificadas no núcleo teórico marxista, atravessado por ideias mais ou menos divergentes” (Bairrada, 1984: s/p).

A este tipo de publicações somaram-se algumas teses universitárias, sendo nesse contexto que António Mendonça apresentou uma proposta teórica visando esclarecer “as condições mais gerais que determinam a ocorrência das crises”, procurando situar “uma posição própria dentro do debate teórico actualmente em curso (...)”, mas “fora das correntes marxistas tradicionais” (Mendonça, 1990: 23 e 25).

Na base da sua construção teórica, que procurava cingir-se a uma explicação causal endógena e estritamente económica, estava o apelo à lei da queda tendencial da taxa de lucro, assumida como lei básica do capitalismo — “motor do desenvolvimento da contradição produção/consumo e da anarquia da produção” (*ibid.*: 225) —, na sua forma concorrencial como na monopolista. No entanto, ao contrário da generalidade dos economistas marxistas, que admitia que a causa das crises era a queda súbita da taxa de lucro decorrente da exaustão temporária dos fatores que contrariam a referida queda e que “a diminuição dos investimentos líquidos durante as crises do pós-guerra é um fenómeno típico” (Menchikov, 1978: 161), Mendonça sustentava que “o que impede o investimento é a saturação do mercado, a impossibilidade de realização das mercadorias e não uma qualquer baixa dos lucros. Numa situação normal, aliás, uma baixa dos lucros constitui sempre um poderoso estímulo ao investimento de produtividade de modo a repor as condições de rendibilidade. (...). Numa situação de crise verifica-se efetivamente, uma descida do nível geral de lucros, mas esta descida é consequência e não a causa da crise” (Mendonça, 1990: 334). Esta afirmação tinha assim implícita a ideia que era a quebra e não a restauração da taxa de lucro a força motora do investimento e da retoma económica ao longo do ciclo.

Este enunciado era apresentado numa forma dedutiva e sem aparente tentativa de teste ou fundamentação empírica. A razão desta atitude era não uma eventual dificuldade no acesso a dados estatísticos, ou da tradução destes nas categorias económicas marxistas, mas antes uma declarada desconfiança epistemológica relativamente a tais testes,

expressa desde logo na recusa da forma como alguns economistas vinham tentando fundamentar a lei da queda tendencial da taxa de lucro: “reduzir a validade da lei da queda tendencial da taxa de lucro à sua verificação empírica, através de séries estatísticas da taxa de lucro, é empobrecer a análise de Marx, se não mesmo ter dela uma visão incorrecta” (*ibid.*: 220). A discussão desta lei teórica continha ainda uma referência crítica ao teorema de Okishio, até então desconhecido dos economistas portugueses, assumindo Mendonça que tal teorema apenas permite concluir pela “impossibilidade de construir uma teoria da queda da taxa de lucro baseada na inovação técnica” (*ibid.*: 207).

Outro aspeto diferenciador desta investigação era a referência à contradição entre a criação privada e a validação social da moeda de crédito — que nas condições concretas dos anos 70 resultava na inflação —, a qual, em articulação com a contradição produção / consumo e com a anarquia da produção, constituía manifestação concreta da contradição fundamental do capitalismo e, portanto, o terceiro elemento da “lei das crises cíclicas de sobreprodução” (*ibid.*: 438).

Neste período, a disparidade de interpretações estendeu-se, ainda que em menor escala, à análise dos ciclos longos e respectivas crises. Armando Castro, muitos anos antes do conhecimento dos trabalhos de Kondratiev, sustentou a posição de que “os movimentos de longa duração da actividade económica (...) não exprimem as leis do sistema capitalista” (Castro, 1978 [1947]: 130) e Mendonça afastou-os sumariamente ao considerar tal conceito “um artifício teórico (...) pouco consistente com a evolução dos factos” (Mendonça, 1990: 334).

Não obstante, outros economistas académicos recuperaram o conceito de ciclo longo na sua visão do processo de acumulação capitalista, tendo como referência material a crise de 1973 e a fase depressiva que lhe sucedeu.

Rui Namorado Rosa, sem entrar em grandes detalhes, tomou aparentemente como quadro geral da sua reflexão a ideia, já acima referida, de crise geral do capitalismo, — embora não usasse esta expressão — ao sublinhar que “a economia real entrou num beco sem saída” e que “o capital financeiro perdeu a capacidade de crescimento futuro, por já não poder garantir o crescimento material que o suporte como contrapartida” (Rosa, 2011 [2001]: 119). Complementarmente, nesta sua reflexão acerca da evolução da economia mundial, condicionada, a seu ver, pela limitação de alguns recursos produtivos essenciais e pela expectativa de crescimento da população mundial, apelou à teoria dos ciclos de Kondratiev.

Não deixando de notar a “inspiração marxista” (*ibid.*: 120) desta teoria, apresentou uma interpretação que incorporava muitos dos elementos próprios da visão schumpeteriana, desde logo a referência à “confluência ou agregação de inovações” (*ibid.*: 123), que servia de base aos diversos ciclos, mas também as referências ao papel do empresário e do Estado enquanto elementos potenciadores do processo de inovação. Esta sua perspetiva

sobre a relevância das causas exógenas na explicação da viragem para uma fase de expansão (que não, aparentemente, na situação inversa) coincidia, também nesse ponto, com a interpretação de Mandel.

Rosa sustentou também a recusa do valor preditivo dos *apports* de Kondratiev e Schumpeter, o que significa que não os considerava verdadeiras teorias. Podia assim admitir uma duração longa mas incerta do atual ciclo — presume-se que o quarto — sugerindo no entanto que inovações em curso em alguns domínios tecnológicos, como a informática, a nanotecnologia e a biotecnologia genómica, associadas a inovações no campo dos transportes, das telecomunicações e da energia e ainda inovações organizativas pudessem estar à beira de gerar um novo ciclo Kondratiev. Mas justamente porque não estava em causa uma verdadeira teoria, e não tomando os ciclos reais como automáticos e controláveis, admitia que a eventual onda de crescimento vindoura pudesse ser substituída por “pânicos e colapsos” (*ibid.*: 128). Este seria, aliás, o resultado mais compatível com a visão antes expressa sobre a crise geral do capitalismo.

Francisco Louçã, o economista que mais investiu no conceito de ciclo longo, aceitou diversos aspetos da visão de Mandel, o qual viu, aliás, um dos seus textos sobre esta temática editado em Portugal (Mandel, 1984).

Tal como sucedia com este economista, Louçã admitia haver uma sucessão de ondas de expansão e de estagnação na dinâmica histórica do capitalismo e também como Mandel, situou em Marx a origem desta teoria, notando que “Marx (...) delineou uma teoria das oscilações longas no emprego e volumes de produção, combinadas com grandes revoluções tecnológicas” (Freeman e Louçã, 2004: 85). Em apoio dos seus pontos de vista citou diversos economistas marxistas, designadamente, Thomas Kuczynski, Angelo Reati, Anwar Shaik e Sergei Menchikov, além do próprio Mandel, mas a sua relação com o marxismo não era destituída de ambiguidade, desde logo ao declarar-se partidário da “economia evolucionista, no seu pluralismo constituinte” (*ibid.*: 131) e ao procurar “sintetizar vários contributos sobre a evolução histórica das economias” (*ibid.*: 107).

O seu programa de investigação continha conceitos inteiramente assimiláveis aos do materialismo histórico, como o de totalidade orgânica ou o de crise estrutural, por exemplo, sendo que a própria síntese desse programa resultava num enunciado compatível com a ideia básica de Marx: “estes modelos evolucionistas têm de contemplar as características centrais das economias reais: o capitalismo é instável e contraditório, mas controla o seu processo de acumulação e reprodução” (*ibid.*: 129). Em contrapartida há um conjunto de conceitos próprios da abordagem marxista, desde logo o conceito axial de modo de produção, que surgia transformado — e enfraquecido nas suas determinações — no de coordenação social, definido como “o funcionamento de dois conjuntos de variáveis relacionadas entre si: (1) os subsistemas tecnológico, científico, económico, político,

institucional e cultural, e (2) as variáveis semiautónomas que ligam esses subsistemas“ (*ibid.*: 131).

Outro dado inovador da contribuição deste economista foi a longa reflexão sobre os métodos estatísticos e modelos matemáticos adequados à identificação e representação daquelas ondas, concluindo, sem contudo formular um modelo específico, pela adequação de “sistemas e modelos não-lineares que questionam a definição tradicional de variáveis endógenas e exógenas, diferenciam o impacto das perturbações externas de acordo com o estado do sistema, produzem comportamentos alteráveis, modelam a instabilidade estrutural e a estabilidade dinâmica no mesmo contexto e interpretam a complexidade“, muito embora considerasse também que tais sistemas e modelos chegaram em geral a resultados inconclusivos, pelo menos antes de associados ao que designava genericamente por “métodos estatísticos históricos, analíticos e descritivos“ (*ibid.*: 128).

No essencial, a teoria exposta aceitava a visão de Schumpeter sobre as constelações de inovações tecnológicas e organizativas e sua disseminação como causa das ondas longas e fonte de mudança da estrutura económica. Em contrapartida, a análise histórica que apresentou minimizava alguns tópicos caros à generalidade dos economistas marxistas que se ocuparam desta temática, designadamente do próprio Mandel. É o caso, nomeadamente, da influência da variação da taxa de lucro na determinação das fases do ciclo e bem assim o do papel da luta de classes na origem das fases ascendentes do ciclo.

Entretanto alguns debates internacionais ocorridos no campo marxista no decurso das últimas décadas— *vg.* Vasko (1987) e Kleinknecht *et alii* (1992) — passaram despercebidos em Portugal não deixando rasto na literatura económica portuguesa.

6. A crise atual

Após uma fase em que a hegemonia do pensamento neoclássico e liberal quase erradicou do ensino e da investigação o pensamento marxista, como de resto o keynesiano, eis que a nova crise, e sequente recessão, ao findar a primeira década do século XXI, veio abrir espaço ao seu regresso à cena das ideias económicas.

As interpretações desta nova conjuntura surgidas na literatura internacional foram diferenciadas, desde logo porque uma parte delas tomaram por objeto a economia mundial enquanto outras privilegiaram casos nacionais ou a União Europeia.

No plano propriamente teórico, essas interpretações também divergem entre si, revelando fundamentalmente duas perspetivas básicas. Uma delas privilegia a análise da evolução da economia real, destaca os aspetos relacionados com a produção e o consumo e procura aplicar de forma mais ou menos direta à conjuntura atual alguma das variantes da teoria das crises já referida em relações a períodos anteriores. Assim, por exemplo, David

McNally nota que a presente crise é essencialmente um resultado da exaustão dos mecanismos que permitiram a manutenção da taxa de lucro nas décadas imediatamente anteriores, designadamente uma exploração agravada da força de trabalho associada aos investimentos na Ásia, no contexto da deslocalização facilitada pela globalização. Admitindo embora que a crise resulta também da financialização do capitalismo, este economista conclui que ela “não se reduz aos mercados financeiros”, pelo que uma explicação assente nesse fator não permitiria “perceber a sua inter-relação com os problemas da sobreacumulação global” (McNally, 2008: 42).

Outra interpretação ainda situada numa linha de continuidade das abordagens já acima citadas, em particular com a de Sweezy, é a que sublinha o enorme crescimento do setor financeiro nas últimas décadas mas para considerar que este desempenha no capitalismo monopolista atual um meio de absorção do excedente e de reprodução do capital semelhante ao que os gastos públicos em armamento, e outras despesas “supérfluas”, desempenharam em décadas anteriores. Nesta interpretação, “a financialização tornou-se uma necessidade estrutural permanente de uma economia propensa à estagnação” (Foster e Magdoff, 2009: 84) e as crises financeiras — o rebentar das bolhas especulativas — um fenómeno recorrente e previsível, já que decorrentes de um renovado mecanismo do processo de acumulação de capital.

Um segundo tipo de interpretações surgido na literatura internacional assenta numa nova caracterização do sistema capitalista, valorizando em particular o papel do sistema financeiro no processo de acumulação — e eventualmente a nova configuração do fenómeno imperialista. Estas interpretações tomam por base a ideia de que a crise contemporânea, assim como a recessão que se lhe seguiu, constituem um fenómeno em grande medida novo na história do capitalismo, considerando que o processo de financialização modificou a estrutura do sistema e a respetiva dinâmica; isto é, que a parte financeira do capital circulante se tornou dominante no movimento geral do capital, subordinando o capital produtivo. Nestas interpretações, temas relevante na maioria das análises inspiradas no marxismo, como a queda tendencial da taxa de lucro ou a escassez da procura, ficam remetidas para a problemática da evolução a longo prazo do sistema capitalista mas não são diretamente considerados na análise da crise atual. Esta surge centrada no sector financeiro — “a crise está diretamente relacionada com a financialização dos rendimentos pessoais, sobretudo com as despesas em habitação mas também em educação, saúde, pensões e seguros” (Lapavitsas, 2009: 4) — que expropria rendimentos das classes trabalhadoras e que se revela crescentemente desregulado e instável.

Entretanto, o colapso do socialismo real e a transformação que resultou na financialização do capitalismo monopolista resultou também numa transformação no plano teórico. A teoria da Crise Geral do Capitalismo eclipsou-se e a própria discussão dos ciclos Kondratiev, ou dos ciclos longos, foi de alguma forma substituída pela análise das crises

estruturais situadas na transição entre regimes de acumulação, em particular da crise que se situa na passagem do capitalismo monopolista para o atual capitalismo financializado (vg. Tabb, 2011). Isto, não obstante alguns autores reafirmarem em termos genéricos que “a presente crise partilha três elementos: uma crise cíclica regular semelhante às do pós-guerra (...), uma crise sistémica cíclica e finalmente uma crise do sistema de longo prazo” (Ticktin, 2011: 2).

Em qualquer caso, esta diversidade de formulações pode, ao permitir alcançar resultados teóricos novos, exprimir uma “reversão da desintegração da escola marxista” (Kliman, 2010: 67) ocorrida em tempos recentes, mas pode também, alternativamente, ao concentrar o debate em enunciados teóricos gerais inviabilizar a fixação de um conjunto de enunciados estáveis e largamente assumidos e desse modo prejudicar o desenvolvimento da chamada “ciência normal”.

Portugal foi violentamente atingido pela crise e pela Grande Recessão, na tripla dimensão de crise global, crise da União Europeia e crise nacional e este era naturalmente um contexto favorável ao renovar da reflexão sobre a problemática das crises. No entanto, essa reflexão, não obstante a existência de uma vasta literatura sobre a crise contemporânea, ressentiu-se de um duplo fenómeno ocorrido nos anos imediatamente anteriores: o enfraquecimento da corrente marxista no debate político e económico, em particular no âmbito universitário, e a concomitante afirmação de outras referências teóricas heterodoxas (neokeynesianos, institucionalistas, neoevolucionistas, etc.).

Em qualquer caso, a reflexão teórica abstrata da problemática das crises por parte dos economistas marxistas portugueses foi pouco intensa, o que explica o limitado acompanhamento da literatura internacional acima referida. Um balanço da obra económica de Marx contendo uma síntese da forma como funciona o capitalismo, como se reproduz e amplia, dedicava apenas umas breves linhas a referir a possibilidade de crises de realização — “resultam crises no capitalismo pelo facto de não se conseguir realizar a troca de M' por D', de onde uma aparente sobre-produção (...)” (Ribeiro, 2012: 94) — e, ao contrário do que sucedia com outros tópicos tratados nesse balanço sem reporte à fase atual do capitalismo. Contudo, o mais surpreendente foi a publicação neste mesmo período de uma obra de síntese, um pequeno manual de divulgação da economia marxista, no qual a problemática teórica dos ciclos e das crises foi completamente ignorada (Sequeira *et alii*, 2010).

A exceção foi um longo ensaio, algo disperso, cuja contribuição teórica mais interessante é o retomar da crítica do teorema de Okishio sobre o comportamento da taxa de lucro e, indiretamente, das crises. No essencial, esta nova crítica referia a circunstância desse teorema tratar de forma estática o que é na essência um processo dinâmico: “o único erro de Okishio terá sido o não ter levado em linha de conta o incontornável efeito de retroação, próprio de qualquer sistema em evolução permanente” (Fonseca-Statler, 2009: 211). A observação era complementada por uma tabela de iterações demonstrando que a

taxa de lucro tende a aumentar durante os primeiros anos do ciclo mas a descer quando este é tomado no seu conjunto. O tema, já antes abordado em Mendonça (1990), mantinha enorme relevância teórica e ideológica já que aquele teorema continua sendo peça fundamental na crítica à visão marxista da dinâmica do capitalismo.

Para além da discussão neste plano teórico e abstrato, o discurso crítico surgiu frequentemente, tal como em períodos anteriores, associado a um propósito de intervenção política imediata, assumindo a descrição das expressões exteriores das crises sem contudo as articular com as leis íntimas do modo de produção capitalista.

Esta circunstância não impediu o aparecimento de estudos de natureza económica aplicada. Avelãs Nunes, abordou a situação portuguesa e europeia partindo da caracterização da presente fase evolutiva do capitalismo, que designou de financeira-especulativa, mas baseou a análise da crise em categorias e leis próprias do sistema teórico marxista, designadamente nas de ditadura do grande capital financeiro, taxa de mais-valia ou queda tendencial da taxa de lucro, e procedeu à identificação dos interesses e dos conflitos de classe atuantes nesta conjuntura histórica e em particular na formulação das políticas económicas (vg. Nunes 2015). A ideia de que se trata de uma crise inserida no ciclo decenal, de uma crise de realização da mais-valia, surge explícita, sendo objeto de uma caracterização teórica ainda que breve: “reflexo do desajustamento e das contradições (...) e funcionam como mecanismo de ajustamento do sistema, desvalorizando ou destruindo o capital em excesso, os meios de produção capazes de produzir bens de consumo em quantidades tais que o mercado os não absorve (...)” (*ibid.*: 126-127). Estas observações não excluíam a ideia que se tratava também de uma crise estrutural assinalando a mudança de ciclo longo ou até porventura de uma crise histórica, no sentido em que poderia conduzir a “uma alternativa a este capitalismo do crime sistémico” (*ibid.*: 142). Esta última formulação adequava-se, aliás, a uma versão transformada e adaptada à presente conjuntura histórica da ideia de terceira fase da crise geral do capitalismo, ao menos no sentido em que sugeria tratar-se de uma crise civilizacional conducente à destruição de um sistema económico e à emergência de um outro.

António Mendonça tomou também a presente crise como expressão do ciclo decenal próprio das economias capitalistas mas também, à semelhança do que já sucedera com a crise de meados dos anos 70, como expressão do “esgotamento de uma época” (Mendonça, 2012: 85) e um momento de reestruturação da economia mundial, mas não como uma crise sistémica ameaçando a sobrevivência do capitalismo. Aproximando-se objetivamente da linha interpretativa protagonizada por Costas Lapavistas, entre outros, sustentou que a causalidade da presente crise reside essencialmente em tensões interiores ao sistema financeiro, cada vez mais autonomizado da “base económica real” (*ibid.*: 87), e sugeriu que a ausência no campo marxista de desenvolvimentos significativos na análise da

esfera financeira constitui um significativo obstáculo a uma mais profunda compreensão da crise atual.

A caracterização da crise a partir da noção de ciclo Kondratiev surgiu numa interpretação inspirada no marxismo heterodoxo de Immanuel Wallerstein. Nesse quadro, a crise contemporânea é apresentada como ponto terminal da fase B do quarto ciclo, uma fase de financiarização, a qual, uma vez esgotada, provocou a instabilidade do sistema capitalista e pode dar lugar à passagem a um “novo sistema que não se sabe *a priori* qual é” (Romão, 2012: 43). O desfecho da crise resultará sempre incerto e dependente da ação das forças sociais defensoras e adversárias do sistema, mas sobretudo da articulação destas com “os Estados, empresas transnacionais e o sistema financeiro” (*ibid*: 43).

7. Conclusões

A consideração dos momentos mais relevantes – e não um inventário de tudo do que foi publicado — revela-nos que o pensamento económico marxista tem em Portugal uma tradição que, embora longa, é descontínua, nem sempre muito informada acerca dos debates internacionais e pouco inovadora.

No caso específico da teoria dos ciclos e das crises esse pensamento foi condicionado pela formação tardia e difícil de uma intelectualidade marxista, em particular de economistas, e pelo isolamento internacional em que esta viveu. A circunstância de os principais debates sobre o tema terem decorrido preferencialmente, pelo menos até meados do século, entre economistas russos e alemães também contribuiu para aquele isolamento.

Acresce que o sistema político e cultural autoritário e obscurantista vigente em Portugal desde os anos 1920 resultou na impossibilidade de acesso por parte daqueles intelectuais a posições universitárias e a organismos de investigação científica, na dificuldade de acesso a publicações internacionais, na censura às publicações científicas e no fraco contacto com os seus pares estrangeiros. Foi assim à margem da Universidade e no contexto da militância política e cultural que surgiram, já nos anos 1940, os primeiros estudos relacionados com esta temática.

Apesar de óbvias limitações analíticas, esses estudos foram revelando algum progresso no conhecimento dos desenvolvimentos teóricos ocorridos na cena internacional. Em particular a teoria subconsumista, longamente dominante no debate internacional, foi também a privilegiada pelos economistas portugueses, sendo que as demais perspectivas analíticas acabaram também referidas na literatura portuguesa.

Seria contudo a partir do período revolucionário de meados dos anos 1970 que a cena do pensamento económico surgiu significativamente transformada e que o marxismo tomou aí posição relevante.

No caso específico da teoria das crises houve de novo um acompanhamento da visão internacionalmente predominante, então a ideia que a lei da queda tendencial da taxa de lucro era a chave da compreensão dos movimentos cíclicos e das crises económicas, como houve um acompanhamento do debate sobre os ciclos longos e, em geral, um desenvolvimento das capacidades analíticas que se revelou nas primeiras teses e outros estudos académicos sobre esta temática.

No final do século XX o marxismo parecia novamente uma teoria em perda de significado, surgindo como uma corrente de pensamento em grande medida obsoleta e marginalizada. Mas a partir da crise 2007-2008 voltou à agenda num contexto de grande diferenciação de posições teóricas e originando novas intervenções e debates sobre a estrutura do sistema capitalista e a natureza das respectivas crises. A repercussão dos debates internacionais em Portugal revelou-se limitada e mais que um eventual estímulo de contribuições e debates teóricos locais resultou em tentativas de caracterização da situação portuguesa e europeia.

Em qualquer caso, as condições em que a maioria destes economistas produziram as suas reflexões, em particular o longo período de isolamento e de afastamento da Universidade, para além da barreira linguística, foram factores determinantes do limitado impacto que, com excepção de Francisco Louçã, obtiveram na cena do pensamento económico internacional.

Referências bibliográficas

- Bairrada, M., 1984, *Nota de apresentação a Capitalismo contemporâneo e a crise actual*, Lisboa, AEISEG (stencilografado).
- Bastien, C., 2015, *Readings and translations of Karl Marx in Portugal (1852–1914)*, in The European Journal of the History of Economic Thought, DOI: [10.1080/09672567.2015.1073769](https://doi.org/10.1080/09672567.2015.1073769).
- Cardoso J. L., (2012), *A teoria económica das crises na obra de J. P. Da Costa Leite (Lumbrales)*, in Gaspar, C., et alli, Estado, Regime e Revoluções. Estudos em homenagem a Manuel de Lucena. Lisboa, ICS.
- Carqueja, B., 1926, *Economia política*, Porto, Of. de O Comércio do Porto.
- Carvalhas, C., 1982, *Alguns aspectos da crise do mundo capitalista*, in Economia-EC., nº 40.
- Carvalhas, C., 1983, *Novas contradições e antagonismos da crise capitalista*, in Economia-EC., nº 44.
- Carvalho, L., 1976, *Acerca da crise internacional do capitalismo*, in Economia-EC, nº1
- Castro, A., 1945, *Alguns aspetos da agricultura nacional*, Coimbra, s/e.
- Castro, A., 1949, *A indústria nacional e a expansão do mercado interno*, in Indústria Portuguesa, vol. 22, nº 252.
- Castro, A., 1978, *Impotência da 'teoria dos mercados' para a compreensão da crise económico-política portuguesa*, in Economia-EC., nº 17.
- Castro, A., 1982, *Lições de economia*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Clarke, S., 1994, *Marx's theory of crises*, Houndmills, Macmillan Press.
- Costa, A., 2015, *Apontamento das preleções do Dr. Afonso Costa sobre Ciência Económica e Direito Económico Português editados pelos seus discípulos*, Lisboa, INCM.
- Costa, E., 1930, *Karl Marx*, Lisboa, Livraria Peninsular Editora.
- Eagleton, T., 2011, *Why Marx was right*, New Haven and London, Yale University Press.
- Fonseca-Statter, G., 2009, *Anatomia da crise*, Sintra, Zéfiro.
- Freeman, C. e Louçã, F., 2004, *Ciclos e crises no capitalismo global*, Porto, Edições Afrontamento.
- Garvy, G., 1943, *Kondratiev's theory of long cycles*, in The Review of Economic Statistics, vol. 25(4), pp. 203-220.
- Gordon, D., R., Edwardas, Reich, M., 1982, *Segmented work, divided workers: the historical transformation of labor in the United States*, New York, Cambridge University Pres.
- Guedes, A. M., 1945, *Economia política – Lições do Prof. Marques Guedes*, Lisboa, ISCEF (dactilografado).
- Harvey, J. T., 2015, *Contending Perspectives in Economics – A Guide fo Contemporary Schools of Thought*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Howard, M. C. e King, J. E., 1992, *A history of Marxian economics*, vol. 2, Houndmills, Macmillan Education.

- Kleinknecht, A. et alii, 1992, *New findings in long-wave research*, New York, St. Martin's Press.
- Kliman, A., 2010, *The disintegration of the Marxian school*, in Capital & Class, vol. 34(1), pp. 61-68
- Knoop, T. A., 2015, *Business cycle economics*, Santa Barbara, Praeger.
- Lapavistas, C. 2009, *Financialised capitalism: crisis and financial expropriation*, in Research on Money and Finance, Discussion Paper no 1, London, SOAS.
- Laranjo, J. F., 1997, *Princípios de economia política*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Loureiro, F. P., 1949, *Da economia neoclássica tradicional à nova economia keynesiana*, in Revista de Economia, vol.2(1), pp. 1-17.
- Mandel, E., 1984, *A depressão do capitalismo tardio*, in Economia e Socialismo, nº 62.
- Manzanera Salavert, M., 2015, *Atravesando el desierto – balance y perspectivas del marxismo en el siglo XXI*, Barcelona, El Viejo Topo.
- Marx, K., 2009, *O Capital – livro segundo tomo IV*, Lisboa, Edições Avante.
- Marx, K., 2011, *Grundrisse*, São Paulo, Boitempo Editorial.
- McNally, D., 2009, *From Financial Crisis to World-Slump: Accumulation, Financialisation, and the Global Slowdown*, in Historical Materialism, vol. 17, pp. 35-83.
- Menchikov, S., 1978, *O ciclo económico*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Mendonça, A., 1990, *A crise económica e a sua forma contemporânea*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Mendonça, A., 2012, *As dimensões da crise económica e financeira actual: a economia global, a Europa e Portugal*, in J. R. Silva (org.), Portugal, a Europa e a crise económica e financeira internacional, Coimbra, Almedina.
- Mommen, A., 2011, *Stalin's economist – the economic contributions of Jeno Varga*, London and New York, Routledge.
- Nunes, A.A., 2015, *Os trabalhadores e a crise do capitalismo*, Lisboa, Página a Página.
- Nunes, A. B., 2014, *A teoria das crises económicas em Portugal na primeira metade do século XX*, in Boletim de Ciências Económicas, vol. 57(3), pp ?
- Oliveira, L. C., 1946. *As crises económicas*. Lisboa, Livraria Escolar.
- Oliveira, L. C., 1962, *Alguns fundamentos de economia política*, Lisboa, Seara Nova.
- Oliveira, L. C., 1968, *A evolução técnica e as crises económicas*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pimenta, C., 1978, *As vias de ampliação do mercado interno*, in Economia-EC., nº 17.
- Ribeiro, E., 1983, *A teoria das crises em Baran, Sweezy e Magdoff*, in Economia-EC., nº 44.
- Ribeiro, S., 2012, *O contributo de Marx para o marxismo*, in Boletim de Ciências Económicas, vol. 55, pp.57-110.
- Romão, A., 2012, *Crise actual – algumas notas e reflexões*, in J. R. Silva (org.), Portugal, a Europa e a crise económica e financeira internacional, Coimbra, Almedina.

- Schumpeter, J., 1939, *Business cycles: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process*. New York and London, McGraw-Hill.
- Schumpeter, J., 1994, *History of Economic Analysis*. London, Routledge.
- Sequeira, F. et alii, 2010, *Pequeno curso de economia*, Lisboa, Edições Avante !
- Sousa, J. M., 1907, *O Capitalismo Moderno*. Coimbra, França Amado.
- Sousa, A., 1950, *O keynesianismo e as suas directrizes*, in E. Roll, História do pensamento económico, vol. 2, Lisboa, Edições Cosmos.
- Sousa, J. M. 1997, *Ciência Económica. Preleções feitas ao curso do segundo ano jurídico do ano de 1909-1910*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Sweezy, P., 1981, *A crise do capitalismo americano*, in Economia e Socialismo, nº 55.
- Tabb, W., 2011, *Financialization in the contemporary Social Structure of Accumulation*, in T. McDonough et alii, *Contemporary capitalism and its crisis*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Ticktin, H., 2011, *Marxism and the global financial crisis*, London and New York, Routledge.
- Varga, E., 1935, *La crise, économique, social, politique*, Paris, Bureau d'Éditions.
- Vasko, T., 1987, *The long-wave debate*, Berlin, Springer-Verlag.
- West III, G. P. e Whaples, R. M. , 2013, *The Economic Crisis in Retrospect – Explanations by Great Economists*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Winternitz, J. 1950, *Teoria das crises económicas*, in Revista de Economia, vol. 3(2), pp. 87-95.

GABINETE DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Documentos de trabalho

- 1 Ana Bela Nunes, Nuno Valério - Contribuição para a história do futebol em Portugal.
- 2 Ana Bela Nunes - Control and regulation in the Portuguese economy (1945-1973)
- 3 Carlos Bastien - The advent of modern economics in Portugal
- 4 Nuno Valério - Um indicador da evolução dos preços em Portugal nos séculos 16 a 19
- 5 Nuno Valério - Indicadores de acessibilidade e competitividade do espectáculo do futebol
- 6 Carlos Bastien - Friedrich List and Oliveira Marreca: some odd coincidences
- 7 Nuno Valério - A imagem do “brasileiro” na obra literária de Júlio Dinis
- 8 Ana Bela Nunes - A globalização numa perspectiva histórica.
- 9 João Carlos Graça - José Frederico Laranjo e a teoria social
- 10 Maria Manuela Rocha - Crédito privado em perspectiva comparada (séculos XVII - XIX)
- 11 Maria Manuela Rocha - Viver a crédito: práticas de empréstimo no consumo individual e na venda a retalho (Lisboa, séculos XVIII e XIX)
- 12 Nuno Valério - Recent developments on Portuguese retrospective national accounts.
- 13 Amélia Branco - O contributo das florestas para o crescimento económico português: o papel do Plano de Povoamento Florestal (1938-68)
- 14 Ana Bela Nunes, Nuno Valério – Three paths to capitalism: an agenda for research
- 15 Ana Bela Nunes, Nuno Valério – Five ways out of depression: 19/20th century experience and 21st century prospects
- 16 Carlos Bastien - A divisão da história do pensamento económico português em períodos
- 17 Nuno Valério – Séries meteorológicas para o território português
- 18 Eugénia Mata, Nuno Valério – Indicadores físicos da produção das indústrias transformadoras em Portugal
- 19 Carlos Bastien – A obra económica de Armando Castro
- 20 Rita Martins de Sousa - Moeda e estado: políticas monetárias e determinantes da procura (1688-1797)
- 21 Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, Rita Martins de Sousa – A circulação do ouro do Brasil: o direito do 1%
- 22 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien e Nuno Valério - Nationalizations and de-nationalizations in Portugal (19th and 20th Centuries): a historical assessment
- 23 Ana Bela Nunes, Nuno Valério, Rita Martins de Sousa - The long-run behaviour of the income velocity of money in Portugal: 1854-1992
- 24 Ana Bela Nunes, Nuno Valério – Ecology *versus* market capitalism: a threat for the 21st century?
- 25 Nuno Valério – The Portuguese capital market during World War II
- 26 Carlos Bastien, Cecília Campos - António Oliveira Marreca: um economista no parlamento

- 27 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien, Nuno Valério - Privatization and transnationalization in Portugal (1980-2005)
- 28 Amélia Dias, Francisco M. Parejo Moruno - O comércio externo corticeiro na Península Ibérica no período de 1930 a 1974 - Uma perspectiva comparada
- 29 Nuno Valério – Quanto vale o mar na economia portuguesa ?
- 30 Nuno Valério - Technical University of Lisbon: 75 Years of History
- 31 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien, Nuno Valério - The Rise of Portuguese Multinational Enterprises (1980-2005)
- 32 Carlos Bastien, Rita Martins de Sousa - Para a história do pensamento monetário em Portugal no século XIX
- 33 Ana Bela Nunes - Tomás Cabreira: um economista político num país de ‘finanças avariadas’
- 34 Nuno Valério - Avaliação do produto interno bruto de Portugal
- 35 José A. Pereirinha, Manuela Arcanjo, Daniel F. Carolo - Prestações sociais no corporativismo português: a política de apoio à família no período do Estado Novo
- 36 José A. Pereirinha, Daniel F. Carolo - A construção do Estado-providência em Portugal: evolução da despesa social de 1935 a 2003
- 37 Amélia Branco, Francisco M. Parejo - La creación de una ventaja competitiva en la industria corchera portuguesa: la contribución de un distrito industrial
- 38 António Goucha Soares – Portugal: an incomplete Europeanization
- 39 António Goucha Soares – O Tratado de Roma: A “reliquia” da construção europeia
- 40 Leonor Freire Costa - Fiscal innovations in early modern States: which war did really matter in the Portuguese case?
- 41 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien, Nuno Valério, Rita Martins de Sousa, Sandra Domingos Costa - Banking in the Portuguese Colonial Empire (1864-1975)
- 42 Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, Rita Martins de Sousa - Brazilian gold in the eighteenth century: a reassessment
- 43 Amélia Branco, Francisco M. Parejo - O comércio externo corticeiro na Península Ibérica no período de 1930 a 1974 - Uma perspectiva comparada
- 44 Ana Bela Nunes - The International Monetary Fund's stand-by arrangements with Portugal. An *ex-ante* application of the Washington Consensus
- 45 Ana Bela Nunes, Miguel St. Aubyn, Nuno Valério, Rita Martins de Sousa - The determinants of the behaviour of the income velocity of money in Portugal 1891-1998: an econometric approach
- 46 Carlos Bastien - O Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e o Corporativismo (1934-1974)
- 47 Amélia Branco, Nuno Valério, Rita Martins de Sousa - Echoes from the past: Portuguese stabilizations of the 1890s and 1920s
- 48 Carlos Bastien - Bento de Jesus Caraça e a integração europeia
- 49 João Carlos Graça, Teresa Nunes - O Estado Liberal, o desenvolvimento económico e a crise dos anos 90 do século XIX: João Crisóstomo de Abreu e Sousa e José Frederico Laranjo
- 50 Ana Bela Nunes - Crises e ciclos no pensamento económico português na primeira metade do século XX

- 51 Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, Paulo Brito - Notarial activity and credit demand in Lisbon during the Eighteenth-Century
- 52 Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, Paulo Brito - Money supply and the credit market in early modern economies: the case of eighteenth-century Lisbon
- 53 Amélia Branco, Francisco Parejo, João Carlos Lopes, José Francisco - Determinants of success and failure in internationalisation of the cork business: a tale of two Iberian Family Firms
- 54 Claudio Marsilio - "*Which way to turn?*" - The destinations of the Spanish silver (1621-1650). London, Lisbon, or Genoa?
- 55 Ana Bela Nunes - The Portuguese economy in the 1980s: structural change and short-term upheavals
- 56 Fernando Cerqueira Lima e Rita Martins de Sousa - Production, Supply and Circulation of 'National' Gold Coins in Brazil (1720-1807)
- 57 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien - Os economistas marxistas portugueses e a teoria das crises económicas